

## DECRETO Nº 724, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre autorização de uso de bem público e dá outras providências.

JOÃO JORGE FADEL FILHO, Prefeito Municipal de Itararé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

## **DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada à Amarildo de Souza, Carlos Roberto Merege e José Aparecido Gomes, AUTORIZAÇÃO DE USO, a título precário, intransferível e gratuito, por tempo indeterminado, da área de terreno que compõe a "Conjunto Habitacional Itararé B "Alberto Bandoni", conforme a seguir descrita e especificada:

Área identificada como SISTEMA DE LAZER 02, constante na matrícula n. 18.821 do Cartório de Registro de Imóveis de Itararé, com área de 1.937,76 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações:

Descrição da Área IMÓVEL: SISTEMA DE LAZER 02. Localizada no município e Comarca de ItararéSP, no "Conjunto Habitacional Itararé B - Alberto Bandoni", com a área de 1.937,76 metros quadrados, com a seguinte descrição: tem início no ponto de intersecção do alinhamento lateral do lote 13 da quadra 08 com a Rua João Batista Ferreira Lobo (Rua B). Daí segue em reta por uma distância de 35,50 metros, confrontando com a Rua João Batista Ferreira Lobo (Rua B); deflete em curva à direita com raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 12,21 metros, confrontando com a Rua João Batista Ferreira Lobo (Rua B) e com a Avenida Duque de Caxias; segue em reta por uma distância de 16,06 metros; deflete à esquerda e segue em reta por uma distância de 7,73 metros, confrontando neste trecho com a Avenida Duque de Caxias, deflete à direita com raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 16;71 metros, confrontando com a Avenida Duque de Caxias e com a Rua Pedro Ribeiro Pinto (Rua 2); segue em reta por uma distância de 40,89 metros, confrontando com a Rua Pedro Ribeiro Pinto (Rua 2); deflete à direita e segue em reta por uma distância de 20,76 metros, confrontando com o lote 14 da quadra 8 e 21,04 metros com o lote 13 da quadra 8, encontrando o ponto de início da presente descrição.

§1º A Autorização de Uso será formalizada mediante Termo de Autorização de Uso de Bem Público, nos termos do presente Decreto.

§2º Os Autorizatários deverão observar as regras e procedimentos relativos à segurança dos usuários.

















- §3º Os Autorizatários deverão assumir todas as responsabilidades civis, trabalhistas, ambientais, criminais e previdenciárias relativas às atividades a serem desenvolvidas na área objeto da presente autorização, isentando o Município de quaisquer ônus ou obrigações de natureza pessoal ou real delas decorrentes, não existindo relação jurídica de nenhuma espécie entre a Prefeitura Municipal de Itararé e as pessoas físicas ou jurídicas sujeitas aos efeitos jurídicos ocasionados pelas atividades desempenhadas pelos Autorizatários na área objeto da presente autorização de uso.
- §4º Os Autorizatários se sujeitarão ao pagamento de todos os tributos, tarifas e demais obrigações decorrentes do exercício das atividades a serem desenvolvidas na área objeto da autorização.
- **Art. 2º** Os Autorizatários deverão utilizar a área referida no *caput* do art. 1º deste Decreto, exclusivamente para o cultivo de hortaliças, ao plantio de árvores frutíferas, ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental, bem como às demais práticas inerentes à produção.
- §1º A não observância do prescrito no *caput* deste artigo resultará na automática rescisão do termo de autorização.
- §2º Os Autorizatários não poderão utilizar a área objeto da presente autorização para exibir propaganda de cunho político ou religioso.
- **Art.** 3º Fica assegurado ao Poder Público Municipal o direito de supervisionar e fiscalizar o estrito cumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto, sendo que ta fiscalização não inibe nem atenua a responsabilidade dos Autorizatários, nem tampouco transfere qualquer responsabilidade à Prefeitura Municipal de Itararé.
- **Art. 4º** Os Autorizatários deverão restituir a área objeto desta autorização se requerida pela Prefeitura Municipal de Itararé, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da efetiva notificação, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Parágrafo Único. A área deverá ser restituída no estado em que foi recebida, salvo decorrente do uso normal.

Art. 5º A autorização objeto desde Decreto poderá ser revogada, independentemente do pagamento de indenização de qualquer natureza, por desvio de finalidade ou descumprimento das obrigações estipuladas e quando o interesse público o justificar.

















- §1º A revogação decorrente dos casos mencionados no *caput* deste artigo prescinde de prévia notificação judicial ou extrajudicial.
- §2º Todas as benfeitorias eventualmente introduzidas pelos Autorizatários, sejam necessárias, úteis ou voluptuárias, somente poderão ser retiradas se não provocar danos ao imóvel objeto desde Decreto.
- §3º As benfeitorias, móveis, equipamentos e demais bens dos Autorizatários que não forem retirados no prazo, se requerida pela Prefeitura Municipal de Itararé, passarão, automática e gratuitamente, a incorporar o patrimônio público.
- **Art.** 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de/Itararé, em 25 de setembro de 2025.

JOÃO JORGE FADEL FILHO Prefeito Municipal

Publicação- Publica-se e registre-se nos lugares de costume, na data supra.

**LUIS CARLOS FERNANDES** 

Secretário de Administração











